

Articulando o individual com o colectivo: experiência e memória na investigação feminista

*Linking the individual with the collective: experience and memory in feminist research*Cláudia Álvares, Universidade Lusófona – claudia.alvares@lusofona.pt**Abstract**

Este artigo consiste numa reflexão crítica sobre as metodologias utilizadas nos estudos de género, e a tensão constante que existe entre a experiência individual e coletiva. Não obstante a génese do movimento feminista partir de uma experiência coletiva de opressão, é a partir das narrativas etnográficas ou autobiográficas que se constrói uma memória coletiva, decorrente do entrelaçamento da memória individual com as lembranças de cariz social do grupo. A investigação sustentada pela teoria feminista procura contextualizar as narrativas parciais de género, no âmbito da memória coletiva, dum grupo mais vasto e agregador. Neste contexto, analisa-se o conceito de "contra-esfera pública feminista" e a sua capacidade de se estender ao espaço discursivo. Os contra-discursos, bem como o contra-público, fazem também parte do espaço público e contribuem para uma maior responsabilização das suas instituições. Esta temática é fundamental para o estudo da visão feminista sobre os media, dado o seu papel essencial na projeção dos assuntos da vida quotidiana, com as suas condicionantes, as suas limitações e eloquentes silenciamentos.

Palabras clave

Estudios de género, teoría feminista, representación, discurso mediático, estudios de recepción.

Resumen

Reflexión crítica sobre las metodologías empleadas en los estudios de género, y su permanente tensión entre experiencia individual y colectiva. Si el movimiento feminista nace de una experiencia colectiva de opresión, es a partir de narrativas autobiográficas o etnográficas sobre las que se construye una memoria colectiva, surgida del entrelazamiento de la memoria individual con los recuerdos impersonales del grupo, de carácter social. La investigación apoyada en la teoría feminista pretende contextualizar las narrativas parciales de género en el ámbito de la memoria colectiva de un grupo más vasto y agregador. En este contexto se analiza el concepto de "contra-esfera pública feminista" y su capacidad para alargar el espacio discursivo. Los contra-discursos (y el contra-público) así surgidos alargan a su vez el espacio público y contribuyen a una mayor responsabilidad de sus instituciones. Esta temática es central para el estudio feminista de los media, dado su decisivo papel en la proyección de asuntos de la vida cotidiana, con sus condicionantes y elocuentes silenciamientos.

Palabras clave

Estudios de género, teoría feminista, representación, discurso mediático, estudios de recepción

O enfoque da teoria feminista na fronteira frágil que separa público do privado, e a sua concomitante valorização da experiência pessoal como relevante para o espaço público, implica que se reflecta criticamente sobre as metodologias empregues nos estudos de género, por estas se prestarem a críticas de excesso de subjectividade. O conceito de *erlebnis*, que funda o pensamento no significado da experiência vivida, está, na sua génese, associado ao legado da hermética romântica, tendo sido utilizado no século XIX para justificar o distanciamento das humanidades do objectivismo das ciências exactas (Arthos, 2000: 1).

Em *Verdade e Método*, Hans-Georg Gadamer defendia a substituição do subjectivismo romântico, inspirado na experiência vivida, por uma experiência hermenêutica cognitiva de carácter intersubjectivo (*erfahrung*), que realçaria o facto de a consciência consistir sempre num reflexo de um contexto histórico-comunal particular (1989: 301). Esta concepção da experiência enfatiza a relação entre o individual e o colectivo, na medida em que presume que a identidade se forma e se molda através da interacção com a cultura. Assim, a identidade afirma-se como produto cultural mais do que estritamente individual (Hekman, 2009: 4).

Esta tensão entre experiências individual e colectiva é, a meu ver, importante para a teoria feminista na medida em que permite também entender as muitas críticas que lhe apontam um excesso de subjectividade irreflectida. Na sua génese, o movimento feminista parte de uma experiência colectiva de opressão, procurando rebatê-la através de um combate pelo reconhecimento do direito à igualdade, com implicações aos níveis da política, educação, saúde e mercado laboral. O contexto histórico da vasta maioria das sociedades dita a partilha de um legado cultural comum por parte das mulheres, o qual é responsável por uma construção identitária que partilha também de pontos coincidentes entre si. Será a soma desses pontos coincidentes entre si, através da narrativa autobiográfica ou etnográfica, que poderá servir de base para a construção de uma memória colectiva, a qual articula uma experiência comum de opressão.

Na perspetiva do *erlebnis*, experiência vivida, a tradição filosófica considera que as memórias pertencem ao indivíduo, ajudando-o a construir a sua identidade ao diferenciá-lo de outros indivíduos (Lavenne, Renard & Tollet, 2005: 1-2). Influenciado pelo sociólogo Maurice Halbwachs, Paul Ricoeur reconhece que apesar de a memória remeter para a interioridade do indivíduo, também envolve a alteridade, ingressando na esfera pública apenas porque um testemunho é sempre dirigido a – e recebido por – outrem (Ricoeur, 2004: 130). Assim, na perspectiva da *erfahrung*, ou experiência intersubjectiva, as recordações pessoais entrelaçam-se com as recordações impessoais do grupo, pois a memória é iminentemente partilhada e de carácter social. A memória colectiva serve assim de enquadramento narrativo que condiciona a construção da memória individual (Lavenne, Renard & Tollet, 2005: 3).

A investigação que se apoia na teoria feminista procura então contextualizar as narrativas parcelares de género, independentemente da metodologia utilizada para as recolher, no âmbito da memória colectiva de um grupo mais vasto e agregador. Ao reconstruir a narrativa de ligação entre o particular e o colectivo, a própria investigadora também adopta um posicionamento epistemológico particular relativo ao feminismo, indissociável de um investimento ideológico que é sempre, de uma forma ou outra, politizado. Na minha perspectiva, a teoria crítica é a mais adequada aos propósitos da investigação na área dos estudos de género, devido ao facto de permitir acalentar objectivos teleológicos emancipatórios, considerados ultrapassados por algumas correntes pós-modernas. No entanto, na difícil tentativa de fazer entrecruzar narrativas individuais com colectivas, temos que evitar cair na armadilha de assimilar as micro-narrativas no interior de uma ‘contra-esfera pública’ de carácter exclusivista e marginalizante, o qual imita as normas vigentes da esfera pública burguesa (Fraser, 1990: 61, 67).

Uma alegada contra-esfera pública feminista fundar-se-ia na especificidade da ‘identidade’ feminina, distanciando-se da alegada universalidade do projecto habermasiano de esfera pública na medida em que o desejo de emancipação estaria direccionado para a afirmação da particularidade relativamente a questões de ‘género, raça, etnia, idade e orientação sexual’ (Felski, 1989: 166). Para além disso, essa contra-esfera pública feminista seria hostil a uma dicotomia rígida entre domínios público e privado, chamando a atenção para a interligação dos dois níveis (McDonald, 1995). No entanto, a contra-esfera pública feminista também pode ser lida como se fundamentando na ideia de universalidade, pois pressupõe o carácter universal da opressão sexual. Ao privilegiar esta última, a contra-esfera pública feminista é muitas vezes acusada de marginalizar lutas baseadas noutras exclusões, nomeadamente as de etnia e estratificação social. bell hooks, por exemplo, afirma que a classe trabalhadora feminina encarou o movimento feminista com desconfiança desde os seus primórdios por reconhecer os limites inerentes à definição de ‘feminismo’. Para hooks, a dificuldade em chegar a um consenso em torno deste termo facilita uma hegemonia feminista liberal, confortável e de ‘classe média alta’, centrada em questões românticas de liberdade e igualdade (1997: 23-4).

Qual é, então, a mais-valia da teoria crítica feminista e da ideia de uma contra-esfera pública feminista, se admitimos que ela corre o risco de replicar o exclusivismo da esfera pública burguesa? Conforme sustenta Fraser, a afirmação desta contra-esfera pública tem contribuído para o alargamento do espaço discursivo, permitindo dar nome a temas que anteriormente constituíam tabu, mantendo-se confinados ao silêncio do privado. Munidas da linguagem como arma argumentativa, as mulheres podem contribuir para a redefinição da realidade social através da enunciação de ‘interpretações opositivas das suas identidades, interesses e necessidades’ (Fraser, 1990: 67) por forma a reduzir as desigualdades existentes nas esferas pública e privada. Neste processo de reinvenção e enunciação de ‘contra-discursos’, efectua-se uma conversão da experiência biográfica pessoal, simbólica do espaço privado, em experiência intersubjectiva que caracteriza a cidadania representada no espaço público.

Assim, enquanto investigadoras da área de género, devemos estar atentas ao modo como os contra-públicos que emergem em resposta às exclusões hegemónicas contribuem para a expansão do espaço discursivo, promovendo uma argumentação pública de pressupostos anteriormente isentos de justificação ou prestação de contas. Esta visão, assente numa teoria crítica feminista, pode contribuir para uma maior responsabilização das instituições do espaço público, em conformidade com os objectivos de uma ‘política generativa’ (Giddens, 1997: 13), permitindo aos indivíduos e grupos constituírem-se como verdadeiros ‘agentes’ da vida pública que influenciam o curso de acontecimentos, em vez de espectadores passivos reduzidos à condição de deixar que as coisas ‘lhes’ aconteçam.

O alargamento do espaço público é uma temática central para os estudos dos media, precisamente porque os media proporcionam um espaço representativo para o exercício da cidadania participativa, associada à capacidade de promoção de diálogo e de debate relativamente a questões consideradas de relevância pública. A teoria do agendamento mediático, que remonta a McCombs e Shaw (1972), chama a atenção para o facto de os media surtirem grande influência na projecção de assuntos do quotidiano: por outras palavras, quanto maior a cobertura de determinada questão pelos media, maior a importância que lhe é atribuída pelo público. Embora investigação mais recente enfatize a existência de uma série de factores condicionantes de uma relação de causa-efeito entre os objectivos dos media e do público, a ideia de que a selecção e a apresentação, ou até a marginalização, de determinadas questões pelos media têm efeitos na agenda do público continua a repercutir-se actualmente, em particular entre os que acreditam que a comunicação social constitui uma esfera de debate público através da qual os cidadãos ganham visibilidade e reconhecimento políticos.

Algumas autoras, como McLaughlin, consideram que o risco de exclusão e marginalização representado por uma contra-esfera pública feminista é demasiado elevado, propondo assim que os estudos feministas dos media recuperem o conceito de esfera pública tradicional. Desta forma, superariam 'a tendência de se centrarem numa identidade interna e de oposição à custa de uma reflexão sobre o papel dos media na tentativa de impedir o surgimento do espaço representativo necessário à democracia no capitalismo tardio' (1993: 614). A afirmação através dos media numa esfera pública democrática verdadeiramente representativa implica um elevado grau de universalidade na cobertura de temas de interesse para os diversos sectores que compõem a sociedade. Essa universalidade, para a investigadora das ciências da comunicação que mantém o género como variável nos seus horizontes de comunicação, significa que se continue a prestar especial atenção aos seguintes temas, entre outros, associados à representação da mulher no discurso dos media: a representação da mulher enquanto sujeito e objecto dos textos jornalísticos, publicitários ou cinematográficos; a representação de temas tradicionalmente conotados com o feminino, por se os associarem ao foro pessoal, em media ditos de 'referência' por um lado e 'populares' por outro; a representação de temas que os jornalistas consideram relevantes para o interesse público feminino e o modo como aqueles se entrelaçam, ou não, com o privado.

Uma análise minuciosa dos produtos culturais, entre os quais se situam os media, revelam 'silenciamentos' eloquentes'. Não admira que as análises de conteúdo, incidindo sobre artifícios culturais, tenham sido privilegiadas por intelectuais feministas da década de 70, com o intuito de expor estruturas de poder que subjazem à representação de género na sociedade moderna (Reinharz, 1992: 147). Cientes de que 'muito do poder social e político se jogava na representação' (Silveirinha, 2004: 5), essas teóricas começaram a encarar as identidades de género como uma construção social que interpelava os leitores a partir de textos dos media. Estes últimos tornaram-se, assim, alvo de análises empíricas destinadas a compreender as construções ideologicamente condicionadas de género na nossa sociedade.

No entanto, os efeitos dessas representações no quotidiano das mulheres, bem como o modo como a memória individual interage com a colectiva no plano do discurso dos media, é mais fácil de perceber através de metodologias etnográficas. Estas últimas, como o célebre estudo de recepção conduzido por Janice Radway (1984) às leitoras de ficção popular romântica numa pequena localidade do midwest norte-americano bem como o estudo etnográfico de Len Ang ao público feminino da telenovela Dallas (1985), afastam-se da análise da estrutura narrativa do texto, centrando-se quer na fruição dos públicos femininos, quer nas 'estruturas de sentimento' (Williams, 1977), as quais contribuem para organizar a emoção e a subjectividade em função de valores e experiências comuns a um determinado grupo geracional. São essas estruturas de sentimento que, ao permitirem relacionar a memória individual com a memória colectiva dos grupos, também conduzem à possibilidade de desconstrução por parte da investigadora feminista. Esta não se livra de efectuar uma análise sintomática (Althusser et al., 1970) do texto, apontando a profunda imbricação da experiência com a ideologia.